

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.220 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 13 DE DEZEMBRO DE 2000

Plenário vota hoje projetos que asseguram recursos para salário mínimo

PÁGINA 5

**CPI DO ROUBO DE CARGAS OUVU
O EMPRESÁRIO WILLIAM SOZZA**

PÁGINA 9

**RICARDO TEIXEIRA DEPÕE SOBRE
CONTRATO DA CBF COM A NIKE**

PÁGINA 4

**CAS EXAMINA REGRAS PARA O USO
MÉDICO DE PRÓTESES DE SILICONE**

PÁGINA 6

Congresso aprova R\$ 25,7 bi em créditos orçamentários

Recursos, provenientes de excesso de arrecadação, empréstimos e remanejamentos, serão destinados a órgãos dos três Poderes. Ministério da Previdência, com verbas adicionais de R\$ 5,04 bilhões, será o maior beneficiário

PÁGINA 12

Receita de "royalties" pode ser usada para amortizar dívida

PÁGINA 3



Sarney
homenageou
o Barão do
Rio Branco

**Senadores lembram
centenário do laudo
que fixou fronteira
com a Guiana Francesa**

PÁGINA 7

TVs Senado e Câmara começam a operar em canal aberto

PÁGINA 10



ACM e Michel Temer
descerram a placa que
inaugura o Centro de
Transmissão de Rádio
e Televisão



**Plano Nacional
de Educação é
aprovado na CE**

PÁGINA 8

**Serra destaca na
CAS importância
dos genéricos**

PÁGINA 4

**Exame do Orçamento de 2001
adia o recesso parlamentar**

Os senadores e deputados federais vão trabalhar mais neste ano a fim de votar, até o próximo dia 29, o projeto do Orçamento Geral da União de 2001. O novo calendário foi anunciado ontem.

PÁGINAS 2 E 9

Congresso prorroga trabalhos para votar Orçamento este ano

Antonio Carlos Magalhães acerta com Michel Temer a continuidade das atividades para permitir o exame da proposta orçamentária até o dia 29

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anunciou ontem que os trabalhos legislativos serão prorrogados até o dia 29, para permitir a votação do Orçamento 2001 ainda este ano, mas esclareceu que a decisão não resultará em qualquer ônus para o Tesouro Nacional. O ato convocatório concretizando o anúncio foi aprovado à noite pela Congresso Nacional.

Antonio Carlos explicou que a extensão das atividades ocorrerá exclusivamente para votar a matéria orçamentária. Os trabalhos ordinários das duas Casas terminam na próxima sexta-feira e, partir dessa data, apenas a Comissão Mista de Orçamento funcionará, para preparar o texto da proposta or-



Antonio Carlos: convocação em janeiro só por iniciativa do presidente da República

çamentária a ser votado pelo Plenário do Congresso Nacional, nos dias 27, 28 e 29 de dezembro.

O senador foi procurado, enquanto presidia a sessão do Senado, ontem à tarde, pelo deputado Alberto

Goldman (PSDB-SP) e pelo senador Amir Lando (PMDB-RO), presidente e relator da Comissão de Orçamento. Terminada a sessão, ligou para o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, e, logo em seguida, chamou a imprensa para comunicar a decisão.

Antonio Carlos garantiu que está tranquilo quanto à aceitação dessa fórmula pelas lideranças partidárias. Quanto à convocação extraordinária do Congresso em janeiro, o senador deixou claro que só acontecerá por iniciativa do presidente da República, para atender à necessidade criada pela edição de medidas provisórias. Nesse caso, os trabalhos seriam iniciados em data a ser marcada, a partir do dia 15 de janeiro.

ACM elogia disposição de FHC para apurar denúncias

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, considerou positiva a disposição manifestada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, por meio de seu porta-voz, no sentido de apurar as denúncias de corrupção que receber e combater as irregularidades em seu governo. "Isso é um fato positivo do governo e o Brasil espera que se concretize o mais rápido possível", afirmou.

No caso das denúncias que fez contra a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), Antonio Carlos entende que já "há provas materiais muito grandes". Na sua avaliação, "é só reunir os donos daquelas empresas que será possível ver todas as coisas erradas e absurdas que foram feitas". Na questão do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), o senador observou que, se o presidente da República já mandou suspender algumas licitações e está tomando providências

com o Advogado da União, é por que existiam as irregularidades.

O presidente do Senado repudiou qualquer tentativa de intrigá-lo com o presidente da República e destacou que chegou a uma idade em que diz o que pensa. "Penso e acho que cumpro meu dever com o Brasil", salientou. Ele reafirmou suas declarações feitas na

última segunda-feira, no Rio de Janeiro, no sentido de que "o presidente Fernando Henrique é um administrador capaz", mas que, em função do jogo político, "ele às vezes transige e fica tolerante com aspectos negativos do seu governo, até mesmo com a corrupção da Sudam, que já poderia ter acabado, e do DNER".



Senador recebe a diretoria da AMB

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem integrantes da diretoria da Associação Médica Brasileira (AMB), inclusive o presidente da entidade, Eleuses de Paiva, que entregou ao exame do senador documentos contendo propostas para a área de saúde.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 13 DE DEZEMBRO DE 2000

Presidente
Antonio Carlos Magalhães
12h - Recebe o presidente da África do Sul, Tabho Mbeki
13h - Participa de almoço com jornalistas. Residência oficial do Senado Federal
15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária
18h - Participa de coquetel de encerramento dos trabalhos da presente sessão legislativa

Brasil 500



PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Diversas matérias, entre as quais PR nº 83/2000, que autoriza o estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de US\$ 69,6 milhões; e PDL nº 182/2000, que aprova o envio de um contingente de peritos eleitorais, oficiais militares de ligação e policiais militares, todos desarmados, os quais ficarão à disposição da Missão das Nações Unidas no Timor Leste (Unimet).

Pauta Extra: Emenda da Câmara dos Deputados ao PLS nº 219/95 - Complementar, que dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras; PLC nº 112/2000, altera o art. 11 da Lei nº 9.311/96 (utilização pela Secretaria da Receita Federal de informações relativas à CPMF para verificação da existência e para o lançamento de crédito tributário); e PLC nº 114/2000, que altera dispositivos da Lei nº 5.172/66 - Código Tributário Nacional (incluindo dispositivos sobre as limitações de poder de tributar, critérios sobre extinção e suspensão de exigibilidade de crédito tributário e flexibilidade do sigilo fiscal).

COMISSÕES

9h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Diversas matérias, entre as quais a apreciação em turno suplementar ao substitutivo ao PLS nº 75/2000, que altera a Lei nº 5.889/73, que estatui normas reguladoras do trabalho rural; PLC nº 26/99, que estabelece normas para o uso médico das próteses de silicone; PLS nº 84/2000, que altera a Lei nº 9.745/98, para instituir, nas regiões afetadas pela seca, o Programa Especial de Garantia de Renda Mínima; e apreciação das emendas recebidas no turno suplementar ao substitutivo ao PLS nº 449/99, que altera o art. 43 da Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*

9h30 - CPI do Futebol

Pauta: depoimento de Ricardo Teixeira, presidente da CBF. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Diversas matérias, entre as quais PLS nº 112/2000, acrescenta artigo à Lei nº 9.504/97, que estabelece hipóteses de cassação de registro de candidatura ou de perda de mandato; PLS nº 242/2000, altera a Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições; PLS nº 654/99, que dispõe sobre encargos financeiros incidentes no crédito rural nas áreas da Sudam e da Sudene; e PLC nº 59/2000, que altera a Lei nº 9.503/97, de forma a obrigar a realização de exame psicológico periódico para motoristas profissionais. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

10h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Mensagem nº 238/2000, que submete à apreciação do Senado a escolha do nome de Jório Salgado Gama Filho para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à África do Sul; Mensagem nº 242/2000, submete à apreciação do Senado a escolha do nome de Helder Martins de Moraes para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à Ucrânia; Mensagem nº 243/2000, submete à apreciação do Senado a escolha do nome de Otto Agripino Maia para, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil junto à Santa Sé, exercer o mesmo cargo junto à Ordem Soberana Militar e Hospitalar de São João de Jerusalém, de Rodas e de Malta; Mensagem nº 244/2000, que submete à apreciação do Senado a escolha do nome de Luiz Antônio Jardim Agliardi para ocupar, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil junto à Noruega, o posto na Islândia; PDL nº 237/2000, que aprova o texto do Acordo Geral de Cooperação celebrado pelo governo do Brasil no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; e PLS nº 292/99, que dispõe sobre o fabrico, depósito, trânsito e porte de arma de fogo. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 5*

14h - CPI do Roubo de Cargas

Pauta: depoimento de William Walder Sozza. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

ESPECIAL

I Semana Interna de Engenharia de Segurança, Saúde e Higiene do Trabalho, juntamente com o I Seminário Nacional sobre Segurança Legislativa. As reuniões ocorrerão em salas da Ala Senador Alexandre Costa.

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quinta-feira

10h - Sessão deliberativa ordinária

Eleição da Comissão Representativa do Congresso Nacional.

Pauta: PDL nº 5/98 que aprova o texto do Tratado de Extradicação celebrado entre os governos do Brasil e da Coreia; PDL nº 183/2000, que aprova o texto da Convenção Interamericana sobre o Cumprimento de Sentenças Penais no Exterior; e PDL nº 184/2000, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre os governos do Brasil e do Zimbábue; PDL nº 261/2000, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Centro-Norte de Rádio e Difusão (ACNCR) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Colider (MT); PDL nº 272/2000, que aprova o ato que autoriza a Associação de Monte Dourado da Amazônia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Almeirim (PA); e PDL nº 273/2000, que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Vera Cruz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amapá (AP).

Sexta-feira

9h - Sessão não deliberativa

COMISSÃO

Quinta-feira

9h - CPI do Roubo de Cargas

Pauta: depoimento de William Sozza. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Estados poderão antecipar "royalties" para reduzir dívida

Senado aprova nova possibilidade de utilização dos recursos. Osmar Dias afirma que mudança possibilitará um "encontro de contas" com a União e contribuirá para o equilíbrio estrutural das contas públicas

Plenário acolhe acordos firmados com Suíça e México

O texto do Acordo sobre Serviços Aéreos Regulares, celebrado entre o Brasil e a Suíça, em 1998, em Brasília, foi aprovado ontem pelo Senado. O acordo atualiza instrumento vigente entre os dois países para adaptá-lo à realidade do tráfego e à demanda dos serviços aéreos. O texto também prevê a inclusão de modernos dispositivos de segurança em aviação.

Relator da matéria na Comissão de Relações Exteriores, o senador Lauro Campos (PT-DF) disse que o texto aperfeiçoa o relacionamento aéreo bilateral e permite a dinamização do fluxo aéreo entre os dois países, além de otimizar as condições de segurança dos vôos.

Na mesma sessão, o Senado aprovou o texto do Acordo celebrado entre o Brasil e o México para Cooperação entre as Academias Diplomáticas de Ambos os Países. Celebrado em

1999, em Brasília, o acordo dispõe que as instituições de formação diplomática dos dois países facilitarão o intercâmbio de suas publicações e de outras instituições relevantes na área das relações internacionais.

Relator da matéria na CRE, o senador Hugo Napoleão (PFL-PI) disse que o texto está em consonância com o dispositivo constitucional que prevê a busca da integração econômica e cultural com países da América Latina, na definição de uma política preferencial de estreitamento de laços regionais.

Foram ainda aprovados decretos legislativos autorizando o funcionamento da Rede União de Rádio e Televisão, de Fortaleza (CE), e da Associação Cultural Comunitária Cerqueirense, de Cerqueira César (SP). Os decretos agora vão à promulgação.

Universidade do Legislativo deve ser apreciada amanhã

Atendendo requerimento da senadora Heloísa Helena (PT-AL), o Plenário decidiu ontem adiar a votação do projeto de iniciativa da Mesa que cria a Universidade do Legislativo (UniLegis). A matéria voltará ao plenário na sessão deliberativa de amanhã.



Heloísa Helena pediu o adiamento da votação sobre a UniLegis

Ao anunciar a decisão, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, elogiou o trabalho dos senadores José Fogaça (PMDB-RS) e Carlos Patrocínio (PFL-TO) na formulação do projeto, dizendo que, no futuro, o povo brasileiro vai ficar devendo esse trabalho aos dois parlamentares e à Mesa da Casa.

Na discussão da matéria, Patrocínio disse que a iniciativa visava a criar um centro de ensino de excelência, destinado a atender o povo brasileiro como o fazem hoje a Rádio e a TV Senado. José Fogaça explicou que a universidade

aproveitaria a estrutura do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), que hoje já atua produzindo e fornecendo conhecimentos.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou-se contrário à criação dessa universidade, dizendo que o ILB é apenas um instituto que dá suporte à formação dos funcionários do Senado. Ele considerou estranho que um órgão de treinamento de funcionários se transforme em universidade sem um exame aprofundado da idéia. "Como se sentirá cada uma das universidades brasileiras em relação ao que está aqui explicitado?", questionou.

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) fez uma extensa defesa da idéia de criação da universidade. "Creio que há uma universidade informal aqui dentro, que está diariamente a produzir reflexão sobre este país", argumentou ele.

O Senado aprovou ontem projeto de resolução permitindo que os recursos provenientes da antecipação de receita de royalties sejam também utilizados na amortização de dívidas com a União. A matéria, de autoria dos senadores Ricardo Santos (PSDB-ES) e Gerson Camata (PMDB-ES), vai agora à promulgação. Atualmente, esses recursos podem ser utilizados para o custeio dos fundos de pensão do funcionalismo estadual.

Ao defender o projeto em plenário, o senador Osmar Dias (PSDB-PR) disse que sempre foi contra a antecipação de receitas para o custeio da máquina administrativa ou para gastos com obras destinadas a atender a vaidade do administrador. Explicou, entretanto, que não é esse o caso da antecipação de royalties



Ricardo Santos é um dos autores da proposta que amplia o uso dos royalties antecipados

para amortizar dívidas com a União. Em sua opinião, isso permitirá "um encontro de contas" entre a União

e os estados que lhe devem. O senador também observou que tal ação apresenta racionalidade econômica, contribuindo para o equilíbrio estrutural das contas públicas.

Os senadores Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Maria do Carmo Alves (PFL-SE) apresentaram emenda para que a resolução obrigasse cada estado interessado em fazer a antecipação a consultar antes o Senado. O Plenário entendeu, contudo, que o projeto em votação já deixava claro que cada pedido dependerá de autorização do Senado, e a emenda foi retirada.

O projeto foi aprovado contra os votos de Heloísa Helena (PT-AL), Lauro Campos (PT-DF), Tião Viana (PT-AC), Geraldo Cândido (PT-RJ) e Júlio Eduardo (PV-AC).

Volta à CAE projeto que obriga as empresas a lacrar botijões de gás

A pedido do senador Sérgio Machado (PSDB-CE), o Senado enviou ontem a reexame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o projeto de lei que obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo (GLP) ou de gás natural a lacrar os botijões e a fazer constar do lacre a data de engarrafamento e o peso do gás.

Pelo projeto, as empresas ficarão também obrigadas a requalificar seus botijões a cada cinco anos e a fazer constar deles a data da

requalificação. Terão ainda a responsabilidade de verificar o estado geral dos botijões, as deformações na sua estrutura, grau de corrosão e estado da pintura, sempre que forem recarregá-los.

Na Comissão de Assuntos Econômicos, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), que relatou a matéria, foi favorável à aprovação, dizendo que a maioria dos botijões no Brasil não foi objeto de revisão ou requalificação há mais de cinco anos. Na Co-



Machado pediu o reexame da matéria pela Comissão de Assuntos Econômicos

missão de Serviços de Infra-Estrutura, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) manifestou-se contra o projeto, alegando que o setor de GLP já tomou a iniciativa de auto-regulamentar-se.

Nova Lei de Informática será votada em regime de urgência

Com 49 votos favoráveis, 14 contrários e duas abstenções, o Senado aprovou ontem a urgência e marcou para amanhã a votação do projeto da nova Lei de Informática.

A decisão foi precedida de longa discussão, em que o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) defendeu os direitos da Zona Franca de Manaus, alertou para o risco de cometer-se uma "brutalidade constitucional" e sustentou que "nenhum poder está

acima da Constituição".

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) também disse que há dispositivos claramente inconstitucionais no parecer apresentado pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB) na Comissão de Assuntos Econômicos.

Já o senador Pedro Piva (PSDB-SP) argumentou que, após 14 meses de tramitação no Senado, a sociedade deseja que esse projeto seja votado. Ele observou que o texto aprovado na CAE prevê a distribui-

ção nacional dos recursos destinados a pesquisa e desenvolvimento, permitindo que cada unidade da Federação sustente um esforço próprio de pesquisa.

Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) considerou um absurdo que a matéria agora seja votada em regime de urgência. Roberto Saturnino (PSB-RJ) manifestou-se da mesma forma contra a urgência, anunciando que também votará contra o projeto.

Serra promete empenho na defesa de genéricos

Ao depor na CAE, ministro da Saúde reconhece as dificuldades enfrentadas para mudar o comportamento dos médicos e dos consumidores, mas garante que “o governo não vai abrir mão de sua luta”

O ministro da Saúde, José Serra, garantiu em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que o governo está jogando todo o seu peso para implantar os remédios genéricos no país. Para ele, o Brasil não pode correr o risco de ver os genéricos rejeitados pela população, a exemplo do que ocorreu no México, onde o produto não foi aceito por pressão dos laboratórios e por desconfiança de médicos e consumidores.

Por isso, o ministro disse que o governo resolveu, temporariamente, abrir a importação dos genéricos pelo período de um ano, como forma de aumentar a oferta dos medicamentos. Com a chegada dos remédios, avaliou Serra, os preços tendem a cair pela metade, beneficiando diretamente toda a população.

Serra defendeu a importação de genéricos estrangeiros até que se estabilize a oferta dos produtos. Ele informou que, hoje, os genéricos têm 5% do mercado brasileiro, mas podem chegar a 45%. No seu entender, a abertura do mercado a empresas de outros países justifica-se ainda pela resistência dos nove maiores laboratórios brasileiros à fabricação de genéricos.

— Além de os fabricantes teima-

rem em não produzir os genéricos, ainda reclamam da política adotada pelo governo de importar tais remédios. Isso é estranho e contraria os interesses de toda a população, especialmente a mais pobre. Mas o governo não vai abrir mão de sua luta pelos genéricos — garantiu o ministro.

Mesmo com as dificuldades, José Serra revelou que, atualmente, os genéricos estão custando em média 40% a menos que os remédios

de marca. Ele espera que essa diferença cresça com a concorrência entre os fabricantes, incluindo aí os produtos importados.

O Ministério da Saúde, acrescentou, está empenhado em esclarecer à população sobre os benefícios dos genéricos, que vão desde o menor preço até a qualidade comprovada do produto. Para o ministro, introduzir os genéricos no cotidiano das pessoas é tarefa difícil, mas, completou, o governo vem fazendo de tudo para provar

que o medicamento genérico é igual ao convencional, com uma vantagem: é mais barato. Depois de informar que a implantação dos genéricos no país começou há dois anos, José Serra disse que a guerra ainda não está ganha, mas o governo vem obtendo vitórias em várias batalhas.

O ministro deu como exemplo o fato de o país possuir 16 laboratórios que já fabricam 81 produtos genéricos. Em fevereiro deste

ano, o número de fabricantes não passava de quatro.

José Serra reconheceu, entretanto, que o Brasil está atrasado com relação aos remédios genéricos. Ele lembrou que esse tipo de medicamento é vendido nos Estados Unidos há mais de 50 anos, com excelentes resultados. A cultura dos genéricos, ressaltou, passa pela prescrição dos próprios médicos, campanhas de conscientização da população e pela produção em massa de medicamentos.

sobre os medicamentos.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) perguntou em que sentido o aumento da concorrência, com maior número de farmácias, preocupa o governo. O ministro respondeu que, no caso das farmácias, a pulverização do varejo é contrária à concorrência. Segundo ele, do ponto de vista econômico, é inviável a proliferação de drogarias, além de isso favorecer a venda de remédios falsos e roubados.

Suplicy lembrou que a importação de genéricos poderia criar dificuldades na balança comercial. O ministro respondeu que a importação de genéricos é insignificante, cerca de 3% do total da oferta, e disse que as medidas do Ministério da Saúde não reduzem alíquotas ou aumentam importações, apenas diminuem a burocracia.



Na audiência, prevaleceu o exame dos aspectos econômicos da questão dos medicamentos

Preço de remédios é tema de debate mundial

Os preços dos medicamentos são tema de debate em todo o mundo, disse o ministro da Saúde, José Serra. “Foi um dos principais temas da campanha eleitoral dos Estados Unidos, porque Bush e Gore têm posições diferentes sobre o assunto — e foi o principal tema da senadora eleita por Nova York Hillary Clinton”, afirmou o ministro, em resposta ao senador Jefferson Péres (PDT-AM), na audiência pública da CAE.

Jefferson, ressaltando que os preços dos remédios tiveram nos últimos dez anos um aumento real médio de 135%, quis saber se essa seria uma tendência mundial, já que os laboratórios atuam “em escala planetária”.

Segundo o ministro, os preços caíram no período imediatamente posterior ao Plano Real, mas vol-

taram a subir e chegaram a um nível insuportável em 99. “Com as pressões do governo e a importação de genéricos, a partir deste ano a tendência tornou-se descendente”, informou. Segundo Serra, a tendência de aumento de preços dos últimos anos é mundial.

Ele disse que o mercado de medicamentos tem características peculiares, já que, com o aumento dos preços, a demanda não cai na mesma proporção. Ressaltou também que muitas farmácias operam com vendas paralelas, já que 20 mil das cerca de 55 mil existentes no Brasil apresentam faturamento mensal irrisório, inferior a R\$ 10 mil. O ministro lembrou também que, para diminuir os preços dos remédios, o governo enviou ao Congresso projeto de lei que permite reduzir a cobrança de impostos (PIS e Cofins)

Documentos remetidos pela Procuradoria mostram indícios de fraude cambial



Os documentos enviados pela Procuradoria da República em Porto Alegre à CPI do Futebol contêm indícios de movimentação por clubes brasileiros de contas bancárias no exterior sem escrituração contábil.

As informações, reveladas ontem pelo presidente da comissão, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), apontam para a prática de crimes contra a ordem tributária e contra o sistema financeiro nacional. Segundo o senador, os documentos estão relacionados à venda a clubes estrangeiros dos jogadores Christian e Gamarra, pelo Internacional, e Paulo Nunes e Jardel, pelo Grêmio. As negociações totalizam cerca de US\$ 8 milhões. Os recursos, nas duas operações, teriam sido depositados em bancos no exterior, e há suspeitas de que podem estar entrando no país sem o conhecimento das autoridades monetárias. Segundo o senador, a contabilidade dos clubes registra a entrada de recursos em espécie e em valores compatíveis com as operações.

— Os recursos podem ser destinados a fins diversos, como transferências para empresários, jogadores ou dirigentes que se beneficiaram com as operações

— disse o senador.

Álvaro Dias anunciou a convocação dos empresários e dirigentes envolvidos nas transações, inclusive Fábio Koff, atual presidente do Clube dos Treze. A CPI também deve requerer à Procuradoria da República detalhes dos mecanismos legais necessários à investigação de contas no exterior. Além disso, completou ele, deverá ser pedida a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico dos envolvidos.

Outra suspeita levantada pelo senador é a de que as transações no futebol brasileiro estejam sendo utilizadas para a lavagem de recursos escusos. Um indício disso seria a participação nos negócios de ex-sócios de bingos, estabelecimentos que, segundo o senador, têm envolvimento com a lavagem de dinheiro.



Álvaro Dias: informações apontam para a prática de crimes contra a ordem tributária

Presidente da CBF será ouvido hoje sobre contrato com a Nike

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Futebol Brasileiro ouve hoje, após as votações em plenário, o presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira. Ele deve falar principalmente sobre o milionário contrato de patrocínio firmado em 1997 entre a CBF e a Nike, que, além de material esportivo para a Seleção Brasileira, inclui apoio logístico.

Entre as denúncias que levan-

ram à instalação da CPI, está a de que, com base nesse contrato, a Nike tem poder para escalar ou não escalar jogadores para as partidas da Seleção.

Segundo o presidente da CPI, Álvaro Dias, o depoimento deve se basear nas cláusulas do contrato. Ele disse que será necessário um novo depoimento, após a análise pelos senadores dos dados relativos à quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de Teixeira.

Plenário vota hoje garantia de recursos para o mínimo

Comissão de Assuntos Econômicos do Senado deu parecer favorável a propostas que asseguram à Receita Federal instrumentos para o combate à sonegação e às brechas da lei que permitem reduzir o Imposto de Renda a pagar

Os três projetos que deverão garantir o aumento do salário mínimo para R\$ 180, a partir de abril, serão apreciados hoje pelo Plenário. Tramitando em regime de urgência, eles receberam ontem à noite parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O primeiro dos três projetos, que garante o acesso da Receita Federal a informações de movimentação bancária de suspeitos de sonegação fiscal, já havia recebido pela manhã parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O relator da matéria na CAE, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), recordou o acordo feito entre os líderes na CCJ e defendeu a aprovação do projeto. "O texto garante ao governo instrumentos de combate à sonegação", afirmou Arruda.

Também recebeu parecer favorável da CAE o projeto que permite à Receita Federal utilizar dados sobre a arrecadação da Con-

tribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) em processos movidos contra acusados de sonegação. A proposta, que contou com voto favorável do relator, senador Luiz Otávio (sem partido-PA), garantirá à Receita um instrumento para verificar por que as declarações de renda de pessoas ou empresas que recolhem grandes quantias em CPMF não seriam compatíveis com suas movimentações financeiras.

ELISÃO FISCAL

O projeto que pune a elisão fiscal – uso abusivo de brechas na legislação para reduzir o Imposto de Renda a pagar – foi igualmente acolhido pela CAE. Mas esteve perto de ter a votação adiada, em virtude de pedido de vista feito pelo senador Wellington Roberto (PMDB-PB). A votação só ocorreu porque o líder do governo, José Roberto Arruda, pediu a Wellington que reconsiderasse o pedido de vista, depois das informações que havia lhe prestado



Na Comissão de Assuntos Econômicos, os senadores participam do debate das propostas contra a sonegação

pouco antes a respeito da matéria. Wellington voltou atrás e o projeto foi votado rapidamente.

De acordo com o texto aprovado, a incidência do Imposto de Renda passa a independer da de-

nominação da receita ou do rendimento, da localização, condição jurídica ou nacionalidade da fonte, da origem e da forma de percepção. A autoridade administrativa é ainda autorizada a descon-

siderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência de fato gerador ou a natureza dos elementos que constituem a obrigação tributária.

Flexibilização do sigilo bancário tem o apoio de duas comissões

As comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE) aprovaram ontem o projeto de lei que permite à Secretaria da Receita Federal acesso aos dados bancários de qualquer cidadão sem necessidade de autorização judicial. O relator foi o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), que resgatou o projeto original, do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), acatando modificações introduzidas pela Câmara.

Para chegar ao texto definitivo, Arruda disse que consultou juristas, concluindo que não há base jurídica que permita aprovar o substitutivo do deputado Ney Lopes (PFL-RN), acolhido pela Câmara.

– Há o entendimento de que a discussão sobre a constitucionalidade poderia impedir a validade do projeto já no próximo ano tributário. Estamos resgatando o instrumento desejado pela Receita Federal, de obter as informações para cobrança de impostos – resumiu, destacando que a



Agripino Maia, ao lado de José Roberto Arruda, preside a reunião da CCJ em que foi aprovada a flexibilização do sigilo bancário

aprovação urgente do projeto é necessária para assegurar os recursos orçamentários que garantirão o aumento do salário mínimo para R\$ 180.

A proposta aprovada determina ainda que o Ministério Público (MP) e o Tribunal de Contas da União (TCU) continuarão a ter que pedir autorização à Justiça para ter acesso a informações sobre movimentações bancárias, acabando com o mecanismo de decurso de prazo que, na opinião

de Arruda, não tem amparo constitucional.

Arruda acatou outras alterações introduzidas pela Câmara de modo a tornar mais rigorosas as penas para quem se recusa a prestar informações solicitadas e para quem quebra sigilo de forma irregular. O dispositivo aprovado na Câmara que amplia a punição a servidor público que quebra o dever do sigilo também foi mantido no texto proposto na CCJ.

APOIO UNÂNIME

Para o senador Roberto Freire (PPS-PE), o parecer aprovado foi a melhor solução encontrada para retirar as inconstitucionalidades do projeto da Câmara. Ele acredita que a proposta apresentada por Arruda aprimora o projeto e garante que o país tenha maior controle e fiscalização sobre a arrecadação tributária.

– Não se pode instituir decurso de prazo para nenhuma decisão judicial. Este é um instrumento

criado pelo regime militar que subverte o estado democrático. Estamos garantindo pleno exercício da democracia, quando admitimos que a administração tributária tenha acesso aos dados, mantida a capacidade de sigilo das informações – avaliou.

Já o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) saudou o fato de o governo ter aderido "às teses da oposição". Ele prestou uma homenagem ao ex-senador Wilson Kleinübing (PFL-SC) que foi o relator do projeto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Para Dutra, a intervenção de Kleinübing naquela ocasião foi decisiva para que o projeto mantivesse a possibilidade de a Receita ter acesso às informações bancárias.

– Ele disse, para aqueles que diziam que o projeto dava poder excessivo aos fiscais da Receita de bisbilhotar os cidadãos, que qualquer funcionário de banco já tem acesso às informações, mas a diferença é que um fiscal da Receita pode transformar essas informações em recursos – ressaltou Dutra.

Senado vota empréstimo para projeto de educação na Bahia

Solicitação a ser examinada pelos senadores permitirá contratar financiamento, no valor de US\$ 69,6 milhões, com o Bird. Pauta também inclui a apreciação de três acordos internacionais

O Senado Federal vota hoje autorização para o governo da Bahia contratar empréstimo de US\$ 69,6 milhões com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), destinado a investimentos no programa de educação conhecido como Projeto Bahia.

Na mesma sessão, o Plenário vai deliberar sobre o texto do Protocolo de São Luiz. Trata-se de convenção em matéria de responsabilidade civil em acidentes de trânsito, entre os países-membros do Mercosul, assinado em 1996 em São Luiz, na Argentina. O protocolo estabelece o direito aplicável e a jurisdição internacional competente para de-

terminação da responsabilidade civil que emerge dos acidentes de trânsito ocorridos no território das nações que integram o Mercosul. A matéria é relatada pelo senador Hugo Napoleão (PFL-PI).

Outro assunto da pauta é o texto do Acordo entre os governos do Brasil e da Guiana sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes de Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado em Brasília em 1999. De acordo com o texto, os dependentes de diplomata designado para exercer missão oficial no outro país poderão ser autorizados a ali exercer ati-



Hugo Napoleão relata convenção que define responsabilidades em acidentes de trânsito

dade remunerada.

Também deve ser votado projeto autorizando o Brasil a enviar um contingente de peritos eleito-

rais, oficiais e policiais militares, todos desarmados, para ficarem à disposição da Missão das Nações Unidas no Timor Leste.

CAS discute limites para uso médico do silicone

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) examina hoje, em reunião marcada para as 9h, substitutivo do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) a projeto que define novas regras para o uso médico das próteses de silicone. O senador é pela proibição do uso médico do silicone líquido, cuja liberação defende apenas para a oftalmologia, em casos de descolamento de retina.

O substitutivo estabelece que os pacientes que se submeterem à cirurgia de implante de prótese de silicone autorizem o procedimento por escrito, depois de informados dos seus riscos e vantagens.

Segundo Rocha, em 1991, o governo norte-americano instituiu restrições ao implante de próteses mamárias de silicone, por suspeita de que eles possam contribuir para a incidência de câncer e doenças auto-imunes. Conforme o sena-



Arlindo propõe regras para o trabalho rural

dor, essa decisão embasou uma enxurrada de ações judiciais, acabando por levar à falência uma grande indústria fabricante do produto.

Outra proposta a ser examinada na reunião permite aos hospitais universitários destinar parte dos seus leitos a pacientes que se dispõem a pagar pela assistência prestada. O objetivo do projeto, do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), é possibilitar a captação de recursos para essas instituições. A matéria, que recebeu parecer favorável do relator, Geraldo Althoff (PFL-SC), teve seu substitutivo apreciado em turno suplementar e volta agora para apreciação das emendas.

Constam ainda da pauta o projeto que concede o benefício do seguro-desemprego aos trabalhadores sazonais, safristas e aos contratados por prazos curtos. O relator é o senador Lúcio Alcântara, que apresentou parecer favorável.

Em turno suplementar, os senadores também examinarão a proposta que institui normas reguladoras do trabalho rural, de autoria do senador Arlindo Porto (PTB-MG). No dia 6, a matéria foi aprovada, com votos contrários dos senadores Geraldo Cândido (PT-RJ), Tião Viana (PT-AC), Sebastião Rocha, Júlio Eduardo (PV-AC) e Heleína Helena (PT-AL).

CCJ analisa propostas de mudança na legislação eleitoral

Dois projetos que alteram a legislação eleitoral estão na pauta da reunião de hoje da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O primeiro, de autoria do senador Moreira Mendes (PFL-RO), determina que o candidato que infringir as normas de arrecadação e aplicação de recursos financeiros destinados à campanha eleitoral poderá ter seu registro cassado ou, se eleito, perder seu mandato, sem prejuízo das demais sanções civis e penais pertinentes. A outra proposição, apresentada pelo senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), reduz os períodos de campanha eleitoral e acaba com a figura do candidato nato. A matéria sobre cassação do registro teve voto favorável do relator, senador Amir Lando (PMDB-RO), que apresentou substitutivo ao projeto original. O substitutivo, em vez de acrescentar artigo à Lei Eleitoral (Lei 9.504/97), conforme a proposta original, optou por alterar a Lei Complementar 64/90, também conhecida por Lei das Inelegibilidades. Com isso, a proposta deixou de tramitar como projeto de lei ordinária e



Bornhausen sugere a redução do tempo de duração das campanhas eleitorais

será votada como projeto de lei complementar, perdendo, assim, seu caráter terminativo na CCJ, passando a ser votada também em plenário.

Entre outras modificações, a proposta posterga a data para registro de candidaturas para 15 de agosto, em vez de 5 de julho. Adia, de 5 para 16 de agosto, o início das campanhas eleitorais; e reduz, de 45 para 30 dias, o prazo que os Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) têm para comunicar ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) os dados sobre registros das candidaturas. A outra matéria que altera a Lei Eleitoral tem voto favorável do relator, senador José Jorge (PFL-PE), que apresentou, no entanto, uma emenda supressiva. A emenda retira a alteração, prevista na proposta original, de se realizar o segundo turno das

eleições no terceiro domingo de outubro. Como é a própria Constituição que determina sua realização no último domingo daquele mês, a mudança somente seria possível através de proposta de emenda à Constituição (PEC).

Entre os seis itens restantes da pauta da CCJ, estão duas PECs. Uma delas inclui os dentistas entre as profissões autorizadas a acumular cargos públicos remunerados. A proposição, de autoria do deputado Nícias Ribeiro, já foi aprovada na Câmara dos Deputados e tem voto favorável do relator na CCJ, senador Álvaro Dias (PSDB-PR). A outra PEC, de autoria do senador Geraldo Althoff (PFL-SC), equipara a remuneração dos peritos oficiais à dos integrantes das carreiras da Advocacia Pública e Defensoria Pública. A

proposta tem voto favorável do relator na comissão, Bernardo Cabral (PFL-AM).

Também fazem parte da pauta da CCJ a análise das emendas da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ao projeto de lei do senador Paulo Hartung (PPS-ES) que atualiza o conceito de terrenos de marinha e o projeto de lei que trata dos encargos financeiros incidentes no crédito rural contratado nas áreas das superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene), de autoria do senador Luiz Pontes (PSDB-CE). Outras matérias a serem examinadas pelos senadores são: projeto de lei da Câmara dos Deputados que estabelece a obrigatoriedade de realização de exames psicológicos periódicos para motoristas profissionais, relatado por Romeu Tuma (PFL-SP), e projeto de resolução do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que fixa um prazo de 60 dias para a revisão das formalidades e critérios para apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Senado assinala centenário de laudo que fixou fronteira

Por iniciativa do senador José Sarney, o Senado dedicou a Hora do Expediente da sessão de ontem a homenagear o centenário do Laudo Arbitral da Confederação Helvética (Suíça), que deu posse definitiva ao Brasil sobre 200 mil quilômetros quadrados situados à margem esquerda do rio Amazonas, incluindo o atual estado do Amapá.

No final do século 19, o Brasil disputava com a França essa região. Foi José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco, ministro das

Relações Exteriores, quem defendeu os interesses brasileiros, conseguindo ganho de causa, junto aos mediadores suíços, no dia 1º de dezembro de 1900.

Estiveram presentes à solenidade embaixadores e os ministros das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, e das Comunicações, Pimenta da Veiga. Foi lançado um selo comemorativo do centenário do laudo que fixou, definitivamente, as fronteiras entre o Brasil e a Guiana Francesa.

Sarney enaltece trabalho do Barão do Rio Branco

Ao discursar na sessão de homenagem ao centenário do Laudo Arbitral da Confederação Suíça, que deu ao Brasil posse sobre um território de 200 mil quilômetros quadrados, o senador José Sarney (PMDB-AP) louvou a figura do Barão do Rio Branco que, como chanceler, defendeu os interesses brasileiros na disputa com a França.

Segundo Sarney, a gestão do Barão do Rio Branco à frente do Ministério das Relações Exteriores se caracterizou por seu trabalho de consolidação das fronteiras brasileiras, por meio de soluções negociadas com todos os seus vizinhos. "No caso da França, que reivindi-



Sarney mostra importância, para o Brasil de hoje, da posse da região

cava a região da margem esquerda do Amazonas para fazer parte da Guiana Francesa, foi necessária a mediação da Suíça e o barão se superou, ao apresentar as razões históricas que embasaram o pleito brasileiro", disse.

Como senador pelo Amapá, Sarney fez um minucioso relato histórico das aventuras de colonizadores, corsários e piratas — de nacionalidade francesa, holandesa, inglesa, espanhola e portuguesa — na região do atual estado do Amapá, desde que o navegador espanhol Vicente Pinzón percorreu o atual rio Oiapoque e o denominou pelo seu próprio nome. "Isso aconteceu mesmo antes que Pedro Álvares

Cabral tivesse descoberto oficialmente o Brasil, em 22 de abril de 1500", recordou.

Sarney enfatizou a importância de a região fazer parte do Brasil de hoje, consolidando a posse da maior parte do rio Amazonas e seus afluentes, o que dá ao país 12% das reservas de água doce do planeta. Ele louvou a grande figura de estadista do Barão do Rio Branco, que teve visão e traçou a estratégia diplomática do país, mantendo boas relações com todos os vizinhos.

Sarney observou que o Barão do Rio Branco sempre dizia que os problemas de fronteira cedo ou tarde terminavam em guerras. Para corroborar essa sua visão de estadista, é só lembrar que o Brasil não teve qualquer disputa territorial com seus vizinhos durante todo o século 20, depois dos tempos do barão, concluiu.

Sebastião Rocha recorda figuras relevantes do Amapá

Ao tratar da importância do Laudo Arbitral suíço para a configuração do atual território brasileiro, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) destacou as figuras de José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco, e Francisco Xavier da Veiga Cabral, o Cabralzinho, como as mais relevantes



Sebastião Rocha elogia comissão encarregada das comemorações

para a consolidação do estado do Amapá. No cenário atual, ressaltou Rocha, destaca-se o senador José Sarney (PMDB-AP), por suas contribuições literárias.

Rocha também mencionou a importância da comissão designada pelo presidente da República para organizar as comemorações do centenário do Laudo Arbitral de 1º

de dezembro de 1900. A comissão é presidida pelo ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, e tem Sarney como presidente honorário.

Entre as obras de Sarney que abordam o estado do Amapá, Sebastião Rocha referiu-se a *Amapá, a Terra Onde o*

Brasil Começa, em co-autoria com Pedro Costa, "fundamental para a compreensão da Guerra do Contestado", e *Saraminda*, romance recém-publicado. *História do Amapá*, de Fernando Rodrigues dos Santos, é outro livro que, na opinião do senador, deve ser consultado pelos que se interessam pelos episódios da história nacional referentes ao Amapá.

ACM ressalta vitória da "inteligência dos brasileiros"

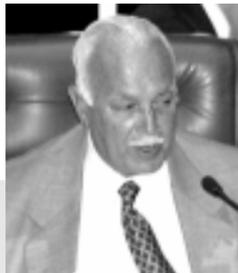
O acordo que fixou os limites do Brasil com a Guiana Francesa foi saudado ontem pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. "O país à época era frágil e enfrentou as mais poderosas nações, conseguindo vencer pela inteligência dos brasileiros", afirmou o senador, elogiando o trabalho do Barão do Rio Branco, que coordenou a negociação.

Antonio Carlos disse que a homenagem do Senado ao acordo foi memorável e elogiou especialmente o discurso do ex-

presidente José Sarney (PMDB-AP), autor do requerimento para a realização da Hora do Expediente com esse objetivo.

— O discurso foi perfeito, não só no didatismo, mas também na erudição do presidente José Sarney. Ele foi completo, preferindo falar

sobre seu conhecimento geral das nações para adaptar ao caso do Laudo Arbitral — afirmou.



Antonio Carlos elogiou a homenagem e o discurso de Sarney

Antonio Carlos também mencionou o trabalho do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) à frente do Conselho Editorial do Senado, que publicou o livro *A Vida de Rio Branco*, do ex-senador Luiz Viana Filho. O presidente da Casa agradeceu a participação dos ministros das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, e das Comunicações, Pimenta da Veiga.

Assessoraram os grandes espaços do interior.

Assessoraram os grandes espaços do interior.

Assessoraram os grandes espaços do interior.

Ministro defende ocupação do interior do país

O ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, defendeu ontem a ocupação das áreas ainda desertas no interior do país, como forma de garantir a soberania do território nacional. Pimenta falou aos senadores durante solenidade realizada no plenário para lembrar o centenário da fixação da fronteira com a Guiana Francesa.

— Não há razões ecológicas ou políticas que justifiquem o

abandono de certas áreas — disse o ministro.

Conforme Pimenta da Veiga, a interiorização do desenvolvimento justificará o esforço de grandes líderes do passado para garantir a extensão territorial atual do Brasil. Além do Barão do Rio Branco, responsável pela demarcação dos limites com a Guiana, o ministro lembrou o Marquês de Pombal, que já no século 18 conclamava os brasileiros a se

Alcântara destaca habilidade para evitar confronto armado

A atuação do Barão do Rio Branco no conflito diplomático em torno da posse do território que forma hoje o estado do Amapá foi destacada pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) durante a homenagem ao centenário da decisão que favoreceu o Brasil.

O senador lembrou que, quando começou a trabalhar no conflito do Amapá, Rio Branco acabara de obter uma outra vitória diplomática na questão da fronteira com a Argentina na região das Missões. Nas duas ocasiões, explicou, ele evitou que o litígio evoluísse para um confronto militar, levando as questões para a arbitragem diplomática.

Segundo Alcântara, Rio Branco considerava o conflito diplomático com a França mais complicado e difícil que o anterior, com a Argentina. Mas, na questão do Amapá, ressaltou o senador, ele teve ao seu dispor mais tempo e mais recursos



Para Lúcio Alcântara, atuação do Barão do Rio Branco foi decisiva

para aprofundar suas pesquisas e análises de antigos tratados, velhos mapas e variados depoimentos históricos.

— Para favorecer a causa brasileira, ele conseguiu restringir a arbitragem principalmente à definição da identidade do rio Oiapoque, que a França pretendia confundir

com o Araguari — acrescentou.

A defesa dos direitos brasileiros na questão do Amapá, recordou Alcântara, foi apresentada em minuciosos relatórios chamados *Memórias*.

— As duas *Memórias*, ambas de 1899, levadas ao presidente da Suíça, ademais de se constituírem em verdadeiras aulas de história e de diplomacia, são peças literárias de mais alta qualidade, em que os recursos da retórica, aliados à firmeza de espírito e à concisão objetiva da linguagem e da argumentação, produzem um texto de sabor inigualável — afirmou.

Comissão aprova Plano Nacional de Educação

Integrantes da CE também decidem formar uma subcomissão para acompanhar a implantação do plano, além de realizar seminário sobre o assunto com a participação de autoridades, trabalhadores de ensino e estudantes

Com parecer favorável do relator, senador José Jorge (PFL-PE), a Comissão de Educação (CE) acolheu ontem projeto de lei da Câmara que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). Também aprovou requerimento para que a proposta seja examinada em regime de urgência pelo Plenário.

Já aprovado na Câmara, o PNE tem como objetivo elevar o nível de escolaridade da população, melhorar a qualidade do ensino, reduzir as desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência na educação pública e democratizar a gestão do ensino público.

Ao incorporar sugestão das senadoras Emilia Fernandes (PDT-RS) e Heloísa Helena (PT-AL) e do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), José Jorge teve requerimento aprovado para que se constituísse subcomissão encarregada de acompanhar a implantação do PNE e a realização de um seminário voltado para fiscalizar os desdobramentos das suas várias etapas.

Antes de votar o projeto, a comissão rejeitou requerimento de Emilia Fernandes para realizar audiência pública, a fim de instruir a apreciação do projeto que trata do PNE. Segundo José Jorge, a sociedade brasileira seria sacrificada mais do que já foi pela demora na votação da matéria.

O parecer do relator enfatiza que o Legislativo, por meio das comissões de Educação da Câmara e do Senado, acompanhará a execução do plano. Ele também ressaltou que o artigo 3º do projeto da Câmara trata das avaliações periódicas da implementação do plano, a serem realizadas pela União, em articulação com os estados, o Distrito Federal e a sociedade civil.

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) salientou que o lado dramático da educação no Brasil é a falta de recursos, que faz com que os professores sejam mal pagos, independente do partido que esteja no poder, "porque nenhum pode fazer a multiplicação dos pães".

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) disse que a aprovação do projeto "é um grande sinal de avanço para a nação brasileira".

Por sugestão de Emilia Fernandes, serão convidados a participar do seminário sobre o PNE, cuja data ainda não foi marcada, o ministro da Educação, Paulo Renato Souza; o ex-deputado Ivan Valente, autor do projeto do PNE; o deputado Nelson Marchezan, relator do projeto na Câmara; e representantes das seguintes instituições: Conselho Nacional de Secretários de Educação, União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação, Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais e de Ensino Superior, Associação Nacional de Ensino Superior, Federação de Servidores da Universidade Brasileira, Confederação Nacional de Trabalhadores da Educação, Sindicato Nacional de Escolas Técnicas e Agrotécnicas, União Nacional dos Estudantes e União Brasileira de Estudantes Secundaristas.



Os senadores que integram a CE acataram requerimento para que o Plano Nacional de Educação seja apreciado pelo Plenário em regime de urgência

Emenda de Távola possibilita usar Fundef no ensino privado

Outro projeto aprovado ontem pela CE altera a Lei 9.424, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). A proposta original, de autoria do senador Luiz Pontes (PSDB-CE), permitia que parte dos recursos do fundo destinados aos salários dos docentes fosse aplicada na qualificação dos professores leigos, por meio de cursos ministrados por instituições públicas de ensino superior.

Emenda do relator, Artur da Távola (PSDB-RJ), estende às instituições privadas a possibilidade de uso de parte dos recursos do fundo para esse fim.

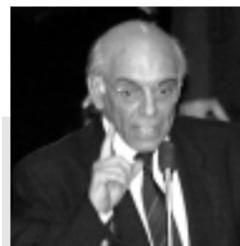
Em sua justificativa, Pontes lembra que o Fundef constitui "um importante passo para a melhoria das condi-

ções de trabalho de professores da rede de ensino público no país". Mas lamentou os casos de malversação de recursos do fundo, revelados por diversas denúncias públicas.

Em defesa de sua emenda, Távola argumenta que a proposta de Pontes restringia o universo de instituições que podem contribuir para a qualificação dos professores. Por isso, propôs a inclusão das instituições privadas entre as que poderão usar os recursos do fundo.

— A inclusão das universidades privadas, ao lado das instituições públicas, universitárias ou não, constituiria um avanço nesse aspecto — afirmou o relator.

A matéria será submetida agora à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em caráter terminativo.



Távola: qualificação de leigos também nas instituições particulares

Escolas poderão ser obrigadas a comunicar faltas de alunos

A Comissão de Educação aprovou ontem projeto da Câmara que determina à direção das escolas de ensino fundamental que notifiquem, no final de cada bimestre, ao conselho tutelar do município e ao juiz competente da comarca respectiva a relação nominal dos alunos que apresentarem 12,5% de faltas não justificadas. De autoria da deputada Miriam Reid (PDT-RJ), a proposta pretende combater a evasão e a repetição escolar no ensino fundamental.

O projeto recebeu emenda do senador José Jorge (PFL-PE), que a relatora, senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), incorporou ao seu parecer. A proposta original estabelecia

que, no final de cada bimestre, a diretoria das escolas do curso fundamental deveria notificar ao conselho tutelar do município e ao juiz a relação nominal dos alunos que apresentassem 25% de faltas sem justificativa. Além disso, estabelece que os pais negligentes devem ser punidos com penas alternativas.

Na justificativa da emenda, o senador José Jorge afirma que, para impedir a reprovação do aluno, o aviso teria de ser encaminhado antes que suas faltas atingissem o limite de 25%.

GESTÃO DEMOCRÁTICA

A CE aprovou ainda projeto que regulamenta o artigo 206 da Constituição federal, que dispõe sobre a gestão democrática do ensino públi-



José Jorge apresentou emenda incluída no texto do projeto

co. O senador José Fogaça (PMDB-RS) assinala em seu parecer, favorável, que a medida é uma "importante conquista alcançada durante a Assembléia Constituinte".

A gestão democrática do ensino público, nos níveis fundamental e médio, compreende a participação de representantes da direção escolar, do corpo docente e discente e da comunidade local nos processos de decisão, planejamento, avaliação e implementação das ações em cada unidade de ensino.

Emissoras de rádio e TV têm concessão renovada

Foram aprovados ontem pela CE 16 projetos outorgando ou renovando concessões para o funcionamento de emissoras de rádio e TV. Também foram aprovados projetos denominando "Trampolim da Vitória" o viaduto localizado no entroncamento das rodovias BR-101 e BR-304 (RN) e rodovia Francisco Gouveia Leite, na BR-210.

As emissoras ou entidades com concessão aprovada ou renovada

são as rádios Globo e Eldorado, no Rio; a Rádio Tupi, de Curitiba; a Fundação Assistencial Educacional e Cultural Áudio, de Francisco Morato (SP); a Rádio Timbó, de Timbó (SC); a Rádio Difusora, de Penápolis (SP); a FM 2000, de Manacapuru (AM); o Sistema de Comunicação AM, de Coari (AM); a Associação de Comunicação e Cultura de Montes Claros de Goiás (GO); a Fênix FM, de Ipameri (GO); o Sistema de Comunicação AM,

de Alvarães (AM); a Associação Comunitária de Pratinha (MG); a Rádio Emboabas, de São João del-Rey (MG); a Fundação Nossa Senhora da Abadia, de Uberlândia (MG); a Associação Comunitária Conceiçuense, de Conceição de Ipanema (MG); a Prefeitura de Capinópolis (MG); Rádio Sociedade, de Muriaé (MG); a Rádio Educadora de Bragança (PA); e a Fundação da Cultura Negra, de Capanema (PA).

Peão de rodeio é equiparado aos atletas profissionais

Os membros da Comissão de Educação aprovaram ainda projeto que equipara a atividade de peão de rodeio à dos atletas profissionais. Emenda do relator, Romeu Tuma (PFL-SP), prevê que a celebração de contrato com menores de 21 anos deve ser precedida de expressa concordância de seu responsável legal.

Para Tuma, a principal contribuição do projeto é estabelecer um conteúdo mínimo para os contratos celebrados entre as entidades promotoras e os peões. A proposta institui, por exemplo, a obrigatoriedade da contratação de seguro e fixa normas a respeito do enquadramento previ-

denciário dos peões e do recolhimento das contribuições.

— Sem os benefícios dessa proposta, os peões são explorados como os animais que participam dos rodeios — disse o senador Gerson Camata (PMDB-ES).

Pelo projeto, a entidade promotora que estiver com o pagamento de seus atletas em atraso por mais de três meses não poderá participar de qualquer competição oficial ou amistosa. Segundo Tuma, em vez de criar uma lei rígida que iniba a contratação, a proposta optou por cláusulas mínimas de proteção a fim de assegurar ao peão garantias básicas que hoje não respeitadas.

Empresário suspeito de chefiar quadrilha depõe às 14 horas

O empresário William Sozza, preso pela Polícia Federal no último sábado, será ouvido a partir das 14h de hoje pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga o roubo de cargas. Ele estava foragido havia mais de um ano, e é acusado de chefiar uma das maiores quadrilhas de tráfico de drogas e roubo de cargas no Brasil.

Sozza já havia sido denunciado na CPI do Narcotráfico da Câmara dos Deputados e foi apontado pelos detentos Jorge Méres e Sálvio Barbosa Vilar como o cérebro da quadrilha que opera a partir de Campinas (SP), e teria ramificações em pelo menos 14 estados brasileiros. Segundo a assessoria da CPI do Roubo de Cargas, um ofício deve ser enviado à Justiça do Maranhão – onde foi pedida a prisão de Sozza por assassinato – para requerer o depoimento do acusado.

A CPI decretou na última sexta-feira, em São Paulo, a prisão de Celso dos Santos e Jurandir Lino da Silva, investigadores do Depar-



tamento de Crimes contra o Patrimônio (Depatri) da Polícia Civil de São Paulo, que teriam mentido durante depoimento aos parlamentares.

Os policiais tiveram seu depoimento confrontado com o de Sálvio, que os acusara de envolvimento com o crime organizado. Segundo o senador Romeu Tuma (PFL-SP), a visita a São Paulo teve o objetivo de alcançar os receptores de carga roubada.



Romeu Tuma preside a CPI que prendeu sexta-feira dois policiais civis em São Paulo

CRE retoma discussão sobre restrições ao uso de armas

Devido à sessão conjunta do Congresso Nacional, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) adiou a reunião de ontem para hoje, a partir das 10h, mantendo a pauta prevista: a indicação de quatro embaixadores para as representações brasileiras na África do Sul, na Ucrânia, na Islândia e em Malta; e a apreciação dos nomes que integrarão o Grupo Parlamentar Canadá-Brasil.

Além disso, volta à pauta da CRE o parecer do senador Pedro Piva (PSDB-SP) sobre três projetos de lei que prevêem a restrição da fabricação, do comércio e do uso de armas de fogo no país. A matéria tramita no Senado desde ja-

neiro, mas a falta de acordo entre os autores dos projetos, o relator e os integrantes da CRE vem adiando sua votação.

Os embaixadores indicados são ministros do quadro permanente do Itamaraty e sua aprovação pela CRE depende da sabatina a que serão submetidos. Caso sejam confirmados, ainda precisam ser aprovados pelo Plenário do Senado. A votação se dará em sessão secreta. Jório Salgado Gama Filho foi indicado para exercer o cargo na África do Sul; Hélder Martins de Moraes, para a Ucrânia; Luiz Antônio Jardim Gagliardi, para a Islândia; e Oto Agripino Maia, para Malta.



Pedro Piva relata os três projetos que tratam da produção, do comércio e do uso de armas de fogo

Orçamento federal deve ser votado até o dia 29

Presidente do Congresso pede esforço de todos, e parlamentares vão trabalhar no final de ano, sem ônus, para apreciarem a matéria

Só a Comissão Mista de Orçamento funcionará no Congresso na próxima semana, quando deverão ser discutidos e votados os últimos relatórios setoriais do Orçamento de 2001, conforme o acordo que levou os presidentes do Senado e da Câmara a convocarem, sem gastos, o Congresso Nacional até o dia 29. Do dia 16 ao dia 23, não haverá sessões dos plenários da Câmara e do Senado.

A convocação do Congresso foi precedida de intensas negociações. Logo na manhã de ontem, o presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), apresentou um calendário preparado por sua assessoria técnica prevendo a queima de etapas na discussão e votação do Orçamento. Se fossem cumpridos os prazos normais, a votação final só poderia ocorrer dia 15 de janeiro. Com a aceleração, até dia 29, o Congresso poderia votar o projeto.

O relator-geral do Orçamento, senador Amir Lando (PMDB-RO), afirmou que, apesar do prazo exíguo, seria possível cumprir as novas datas, desde que as lideranças partidárias dessem todo apoio e evitassem apresentar pedidos de votação de emendas em destaque. O novo calendário foi levado pelo deputado Alberto Goldman aos presidentes do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e da Câmara, Michel Temer.



O presidente da Comissão de Orçamento, Alberto Goldman (D), apresentou calendário mostrando que seria possível votar o projeto ainda neste ano

Antonio Carlos decidiu ouvir também o relator-geral, durante a sessão da tarde do Senado. Amir Lando confirmou que apresentaria o documento final no prazo, desde que não houvesse obstrução dos trabalhos pelas oposições. O presidente do Senado consultou ainda o senador Tião Viana (PT-AC), representante de seu partido na Comissão de Orçamento, e ouviu que o PT concordava com a votação do Orçamento ainda neste ano. Mais tarde, o presidente do Senado acertou os detalhes com o presidente da Câmara.

À noite, durante sessão do Congresso, Amir Lando manifestou-se preocupado com a qualidade do trabalho de análise do Orçamento por causa da exiguidade dos prazos. Disse que fará todo possível para apresentar seu relatório final até o dia 28 de dezembro, mas se perceber que o exame do projeto orçamentário pode ser

prejudicado, não se sentirá constrangido em pedir mais prazo. “A pressa é inimiga da perfeição e, caso se descubram problemas no Orçamento mais tarde, eu poderia ser responsabilizado, junto com todos os parlamentares da Comissão de Orçamento.”

Na mesma sessão do Congresso, o deputado Aloísio Mercadante (PT-SP) disse que não aceitará votar o Orçamento “a toque de caixa” se perceber riscos para a seriedade, transparência e qualidade do projeto orçamentário. O presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, apelou aos partidos para que façam o esforço para a votação. “É um sacrifício que estaremos fazendo para devolver o Orçamento ao Executivo neste ano. Se não for possível, não se votará. Mas vamos fazer o esforço, mostrando inclusive que estamos trabalhando no recesso sem nada receber por isso”, ponderou.

Eduardo Suplicy pede novo julgamento para jornalista condenado à morte nos EUA

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) leu ontem em plenário ofício enviado à procuradora-geral do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, Janet Reno, apelando em favor de novo julgamento para o jornalista e radialista negro Mumia Abu Jamal.

Mumia Abu Jamal foi condenado à morte pelo suposto homicídio de um policial branco, em junho de 1982. Segundo Suplicy, Jamal “foi claramente privado dos seus direitos” por ocasião do julgamento.

O senador afirma em seu ofício que está reforçando apelo da Delegação Internacional de Anistia e de ativistas de direitos humanos, bem como do chefe da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Hélio Bicudo. Este requereu ao Departamento de Justiça dos Estados Unidos que abrisse investigação sobre a violação dos direitos civis e constitucionais do jornalista.

No livro *A Vida no Corredor da Morte*, escrito por Leonard Weinglass, advogado de Jamal,



Na opinião de Suplicy, Mumia Abu Jamal “foi claramente privado dos seus direitos”

são relatadas as circunstâncias em que o jornalista teve seus direitos humanos reiteradamente violados, afirmou o senador Eduardo Suplicy.

TV Senado começa a operar em canal aberto

Antonio Carlos e Michel Temer inauguram Centro de Transmissão de Rádio e Televisão das duas Casas do Congresso, cujas emissoras passam a operar na faixa de UHF. Brasiliense pode acompanhar atividades dos senadores pelo canal 51



Temer e demais autoridades ouvem o discurso de Antonio Carlos Magalhães na inauguração

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, inaugurou ontem de manhã, ao lado do presidente da Câmara, deputado Michel Temer, o Centro de Transmissão de Rádio e Televisão das duas Casas do Congresso Nacional, que passam a operar seus respectivos sinais de TV em canal aberto, na faixa de UHF. Por esse sistema, a TV Senado será sintonizada

no canal 51 e a TV Câmara no canal 27 pelos moradores do Distrito Federal, proporcionando, num primeiro momento, o acesso de dois milhões de telespectadores aos trabalhos dos senadores e deputados.

Numa segunda etapa, o acesso às redes de TV do Congresso será ampliado, pois mais de 500 municípios brasileiros já manifestaram interesse em fazer convênios com o Senado e a Câmara para acessar esses sinais por meio de retransmissoras.

Situado no km 0,6 da DF-01 Sul, próximo ao posto Colorado, após o Lago Norte, em Brasília, o Centro de Transmissão de Rádio e Televisão do Senado e da Câmara conta com uma potente antena e dois conjuntos de transmissores, um para cada Casa do Congresso, bem como instalações para suporte e manutenção das atividades.

Enquanto os convênios com

câmaras municipais e prefeituras não forem assinados, os telespectadores poderão continuar acompanhando os trabalhos do Congresso por meio de canais a cabo e antenas parabólicas. O conjunto de possibilidades de acesso torna a TV Senado disponível, atualmente, para 44 milhões de telespectadores, destacou Antonio Carlos Magalhães em seu pronunciamento.

— Não temos nenhum receio de afirmar que a democracia do Brasil tornou-se mais participativa a partir do advento dos veículos de comunicação próprios do Congresso, das assembleias legislativas e câmaras municipais — observou o presidente do Senado.

O senador lembrou que, em 1995, a Mesa Diretora, presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), decidiu criar seus próprios veículos de comunicação de massa, optando por estabelecer, a médio prazo, um relacionamento direto com os brasileiros. Ele explicou que os parlamentares, em vez de se contentarem com as versões da imprensa sobre seu trabalho, “nem sempre isentas”, preferiram mostrar o que fazem sem intermediários. Antonio Carlos ressaltou respeitar “a liberdade de crítica e a liberdade de imprensa”, mas observou que é obrigação dos senadores e deputados prestar contas do trabalho que realizam.

A partir dessa decisão, acrescentou, foram criados a Agência Senado de Notícias, o *Jornal do Senado*, a TV Senado e a Rádio

Senado, bem como valorizado o trabalho da área de Relações Públicas e desenvolvido um canal de comunicação direta entre os eleitores e seus representantes, por meio de um serviço 0800. O senador Antonio Carlos destacou, de público, o trabalho desenvolvido pelo jornalista Fernando Cesar Mesquita, diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado.

Antonio Carlos lembrou que, durante os quatro anos em que presidiu o Senado, a Mesa Diretora “cuidou com carinho da consolidação de cada um desses veículos”. A Rádio e a TV Senado, acrescentou, passaram a transmitir para todo o país durante 24 horas, o *Jornal do Senado* elevou sua tiragem de 3 mil para os atuais 45 mil exemplares e a Agência Senado de Notícias tornou-se completamente acessível aos veículos de comunicação em qualquer ponto do país.

A partir de janeiro próximo, segundo informou o presidente do Senado, a Rádio Senado estará operando também em ondas curtas nas regiões Norte, Nordeste e em boa parte da região Centro-Oeste. O senador anunciou, ainda, que antes do encerramento de sua gestão no Senado vai inaugurar a operação da Rádio Senado em ondas médias. Antonio Carlos agradeceu a colaboração da Embratel para o desenvolvimento do sistema de comunicação do Congresso Nacional. O presidente da Embratel Participações, Dílio Sérgio Penedo, participou da solenidade.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Debate* — Sen. Paulo Hartung e o min. Ovídio de Angelis falam sobre saneamento básico e moradia
7h30 — *Entrevista* — Sen. Henrique Loyola faz um balanço dos trabalhos do Senado
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *TV Escola* — Uma TV cheia de histórias — Tangará (SC)
9h — Comissão de Assuntos Sociais (vivo)
Logo após — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (gravado)
14h30 — Sessão Plenária (vivo)
Logo após — Comissão de Assuntos Econômicos (gravado)
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — CPI do Futebol (gravado)
Logo após — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

9h — Comissão de Assuntos Sociais
Em seguida — CPI do Futebol
14h30 — Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal
DirecTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tecsat: canal 17
Internet: www.senado.gov.br
Antena Parabólica — Sistema Digital:
• Satélite: B1
• Transponder: 1 BE (Banda Estendida)
• Polarização: Vertical
• Frequência: 3.644,4 MHz
• Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
• Antena: 3,6 m
• PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG-2 DVB
• Symbol Rate: 3,2143Ms/s
• FEC: 3/4
Antena Parabólica — Sistema Analógico:
• Satélite - B1
• Transponder - 11 A-2 (canal 8)
• Polarização: Horizontal
• Frequência — 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

• Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
• Satélite: Brasilsat B2
• Polarização: Vertical (RX)
• Modo: Joint-Stereo
• Taxa: 128 Kbps-BPSK
• Programação ABR: CC, 1, 11465600, 256000, 0 FD 1, 17, 1, 7

Exposição de Dora Barbosa pode ser vista até sexta-feira

Uma exposição de quadros da artista plástica Doralice Severina Barbosa, tendo como motivo pinturas de florais, campos e paisagens rurais, está acontecendo no Espaço Cultural da Ala Dinarte Mariz. A artista — mais conhecida como Dora Barbosa — expõe até sexta-feira. Ela informa que, por



Dora Barbosa procura reproduzir em tons coloridos os campos, flores e plantas de Minas Gerais, estado onde residiu por muito tempo

ter resido longos anos em Minas Gerais, procura reproduzir,

em tons coloridos, os campos, flores e plantas daquele estado.

Subcomissão de Cinema será permanente, com mais atribuições

Requerimento de José Fogaça, aprovado pela Comissão de Educação, inclui comunicação social e informática entre os temas de estudos

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem requerimento do senador José Fogaça (PMDB-RS) criando a Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática, de caráter permanente, no âmbito da própria CE.

Fogaça é o atual presidente da Subcomissão do Cinema Brasileiro. Em seu requerimento, ele destaca que a criação dessa nova subcomissão "não só atende à solicitação expressa no relatório final do 3º Congresso Brasileiro de Cinema, realizado em Porto Alegre, no final de junho, como conta com o apoio dos empresários e trabalhadores do setor".

Conforme o senador, a Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática será destinada a debater, pesquisar e divulgar estudos sobre as questões da in-



José Fogaça pediu a criação da Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática

dústria cinematográfica brasileira, bem como examinar e elaborar propostas legislativas específicas.

— O cinema é a ponta nobre de toda a indústria do audiovisual — afirmou Fogaça.

A estrutura, a programação e o conteúdo das mídias de comunicação de massa no Brasil, bem

como o exame e elaboração de propostas legislativas, também são atribuições da subcomissão, que ainda deverá pesquisar e divulgar estudos sobre a era da informação e suas novas tecnologias.

O requerimento aprovado prevê que a subcomissão poderá realizar audiências públicas com entidades da sociedade e solicitar o depoimento de qualquer autoridade ou cidadão sobre as matérias de seu interesse. Os resultados desses debates e pesquisas deverão ser encaminhados ao plenário da CE.

O presidente da Subcomissão do Cinema Brasileiro informou que a votação do relatório final, preparado pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG), foi adiada para que o relator faça alguns ajustes no seu texto.

CI inaugura galeria de ex-presidentes

Em solenidade realizada ontem, foi inaugurada a galeria de ex-presidentes da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) do Senado Federal. A presidente da CI, senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), ao discursar no evento, destacou a importância dos trabalhos desenvolvidos pela comissão em prol do progresso e desenvolvimento do país, no sentido de for-

talear a infra-estrutura nacional e garantir a sua soberania.

Na ocasião, o ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, fez uma palestra sobre "Transição e Desafios do Setor Elétrico". Ele enfatizou o esforço governamental para assegurar o desenvolvimento do país e afastar o perigo de crises por falta de fornecimento de energia elétrica, sobretudo

com o processo de privatização e investimentos maciços no setor.

Estiveram presentes à solenidade, além dos senadores ex-presidentes da CI, a ministra Fátima Nancy Andrighi, do STJ; os presidentes da Petrobras, Henry Reichstul, e da Eletrobrás, Firmino Ferreira Sampaio; presidentes e diretores das agências reguladoras e o ministro francês Jean Naves.



Emilia Fernandes e Marluce Pinto participaram do almoço da bancada feminina

Bancada feminina constata crescimento eleitoral

As senadoras Emilia Fernandes (PDT-RS) e Marluce Pinto (PMDB-RR) participaram de almoço de confraternização organizado pela bancada feminina no Congresso.

Durante o evento, elas discutiram o desempenho das mulheres nas últimas eleições municipais e concluíram que houve um avanço na participação femi-

nina, demonstrado pela conquista de cargos nos executivos e legislativos de várias cidades.

As parlamentares confirmaram o compromisso de lutar pela aprovação de todos os projetos em tramitação no Senado e no Congresso que contribuam para a conquista e a manutenção dos direitos das mulheres.

Henrique Loyola fala à TV sobre os quatro meses de atuação no Senado

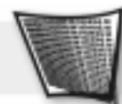
No programa *Entrevista* de hoje da TV Senado, o senador Henrique Loyola (PMDB-SC) faz um balanço dos quatro meses em que ocupou a vaga como suplente do senador Casildo Maldaner, que reassumiu o mandato. A reforma do Judiciário, a discussão em torno da extinção do cargo de suplente, o voto distrital, o financiamento público de campanhas são alguns dos temas debatidos por Loyola nesta entrevista, que tem exibição prevista para as 7h30 e 12h30, com reprise na quinta-feira às 9h30 e 18h30.

SANEAMENTO BÁSICO
O senador Paulo Hartung (PSDB-ES) e o ministro do Desenvolvimento Urbano, Ovídio de Angelis, são os convidados



Henrique Loyola analisa também as reformas política e do Judiciário

do programa *Debate* de hoje, na TV Senado. Os dois discutem a universalização do saneamento básico no Brasil. O programa vai ao ar às 13h30 e 19h30.



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

TERÇA-FEIRA, 12 DE DEZEMBRO DE 2000

1 Projeto de Resolução nº 79, de 2000 (Senadores Ricardo Santos e Gerson Camata). Altera a Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências. Parecer nº 1.192/2000-CAE. Relator: senador Osmar Dias, favorável, com voto vencido da senadora Heloisa Helena. (Dependendo de parecer sobre emenda de Plenário.) Lido e aprovado. Requerimento do senador Antonio Carlos Valadares, solicitando a retirada da Emenda nº 1-Plen. Aprovado o projeto, com alteração redacional proposta pelo relator, em seu parecer. À promulgação.

2 Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 1996 (nº 420/95, na Casa de origem). Obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo (GLP) ou de gás natural a lacrar os botijões e requalificá-los e dá outras providências. Pareceres sob nºs 798/2000-CAS. Relator: senador Eduardo Siqueira Campos, favorável; e 799/2000-CI (em audiência, nos termos do Requerimento nº 173, de 1999). Relator: senador Carlos Bezerra, pela rejeição, com voto contrário, em separado, do senador Geraldo Cândido. Lido e aprovado requerimento do senador Sérgio Machado, solicitando o adiamento da discussão da matéria, para exame pela CAE. Ao exame da CAE.

3 Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 2000 (nº 162/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos Regulares, celebrado entre o governo da República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça, em Brasília, em 29 de julho de 1998. Parecer nº 1184/2000-CRE. Relator: senador Lauro Campos, favorável. Aprovado. À promulgação.

4 Projeto de Decreto Legislativo nº 124, de 2000 (nº 313/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o texto do Acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo dos Estados Unidos Mexicanos de Cooperação entre as Academias Diplomáticas de Ambos os Países, celebrado em Brasília, em 27 de abril de 1999. Parecer nº 1185/2000-CRE. Relator: senador Hugo Napoleão, favorável. Aprovado. À promulgação.

5 Projeto de Decreto Legislativo nº 135, de 2000 (nº 275/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que outorga concessão à Rede União de Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Fortaleza, estado do Ceará. Parecer nº 1.093/2000-CE. Relator: senador Lúcio Alcântara, favorável, com abstenção do senador Geraldo Cândido. Aprovado. À promulgação.

6 Projeto de Decreto Legislativo nº 206, de 2000 (nº 435/2000, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Cerqueirense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cerqueira César, estado de São Paulo. Parecer nº 1.182/2000-CE. Relator: senador Valmir Amaral, favorável. Aprovado. À promulgação.

7 Projeto de Resolução nº 77, de 2000. Comissão Diretora cria, no âmbito do Senado Federal, a Universidade do Legislativo Brasileiro. Parecer nº 1.157, de 2000-CE. Relator: senador José Fogaça, favorável. Lido e aprovado. Requerimento da senadora Heloisa Helena, solicitando ao adiamento da discussão, a fim de ser feita na sessão do dia 14/12/2000.

8 Requerimento nº 588, de 2000 (Comissão de Educação). Solicita o sobrestamento da tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 2000, a fim de aguardar posicionamento do Poder Judiciário sobre a matéria. Aprovado. A matéria a que se refere o requerimento fica com sua tramitação sobrestada, aguardando a decisão do Poder Judiciário.

9 Requerimento nº 589, de 2000 (senadores Jefferson Péres e Nabor Júnior). Solicita a tramitação conjunta das propostas de Emenda à Constituição nºs 44 e 45, de 2000, por regulamentar a mesma matéria. Aprovado. As PECs nºs 44 e 45, de 2000, passam a tramitar em conjunto e retornam ao exame da CCI.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

Congresso aprova créditos de R\$ 25,7 bilhões

Recursos suplementares deverão ser usados pelo poder público até o dia 31 deste mês. O Ministério da Previdência será o maior beneficiário, com verbas adicionais de R\$ 5,04 bilhões

Reunido das 19h às 22h40 de ontem, o Plenário do Congresso Nacional aprovou pedidos de créditos orçamentários no valor de R\$ 25,7 bilhões, destinados a centenas de órgãos dos três Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário. Desse total, R\$ 15,9 bilhões são originários de excesso de arrecadação e de novos empréstimos, enquanto R\$ 10,9 bilhões provêm de remanejamentos de verbas dentro dos ministérios.

Na presidência dos trabalhos, o senador Antonio Carlos Magalhães anunciou que, se for indispensável, fará nova convocação do Congresso hoje.

Os recursos suplementares aprovados serão usados pelo poder público até o dia 31 deste mês, sendo R\$ 5 bilhões destinados à amortização da dívida pública, R\$ 6,4 bilhões a investimentos de estatais e R\$ 4,7 bilhões à cobertura da folha de pessoal e respectivos encargos. O Ministério da Previdência será o maior beneficiário, com verbas adicionais de R\$ 5,04 bilhões.

As solicitações de crédito chegaram ao Congresso em outu-



O Congresso Nacional esteve reunido das 19h às 22h40 de ontem e aprovou pedidos de créditos para centenas de órgãos dos três Poderes

bro passado e foram votadas apenas agora devido aos impasses políticos que atrasaram as negociações em torno do salário mínimo para 2001. Com a definição das receitas para um salário de R\$ 180 a partir de abril do ano que vem, o PT deixou de obstruir a pauta.

Estudo elaborado pelas comissões de Orçamento e Fiscalização da Câmara e do Senado revela que os valores solicitados neste final de ano pelo Poder Executivo e o excesso de arrecadação que permitirá sua cobertura correspondem à reestimativa de receitas feita pelo Congresso por ocasião da votação da lei orçamentária para este ano. Então, sob o argumento de que a reestimativa estava

exagerada, o presidente da República fez grandes cortes no Orçamento aprovado. O excesso de arrecadação, conforme o estudo, totalizou R\$ 7,4 bilhões, confirmando a reestimativa feita no final de dezembro de 1999 pelo Congresso.

Ainda segundo o estudo, do total de recursos previstos na lei orçamentária em vigência para investimentos, o governo federal liberou 23%.

Além do excesso de arrecadação, os créditos suplementares aprovados serão cobertos por verbas provenientes de operações de financiamento junto ao mercado e no exterior (R\$ 4,6 bilhões) e pelo superávit financeiro do Tesouro Nacional (R\$ 3,9 bilhões).

CAE acolhe suspensão do pagamento da dívida de Pernambuco e Alagoas

Por 12 votos a 9, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou projeto de resolução que prevê a suspensão por 12 meses do pagamento do serviço da dívida de Pernambuco e Alagoas junto à União, por causa dos prejuízos sofridos pelos dois estados com as enchentes deste ano. O líder do governo, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), anunciou que solicitará ao Plenário que outras comissões sejam ouvidas sobre o tema.

O vice-líder do governo, Romero Jucá (PSDB-RR), chegou a solicitar a retirada de pauta do projeto, sob o argumento de que o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, teria um encontro com os governadores dos dois estados para negociar a liberação de recursos destinados à recuperação das áreas afetadas. O presidente da CAE, Ney Suassuna (PMDB-PB), recordou, porém, que o processo de votação já havia sido iniciado e começou a colher os votos dos integrantes da comissão.

Ao chegar à CAE mais tarde, após encontro com Fernando Bezerra, Arruda disse que não se encontrava na comissão porque estava conversando com o ministro sobre o tema e lamentou o que considerou quebra de acordo. Em resposta, a líder do Bloco Oposição, senadora Heloísa Helena (PT-AL), considerou a votação "absolutamente normal".

Recebeu voto favorável da CAE o projeto do Banco Central que permite a contratação pelo governo do Rio de Janeiro de empréstimo de R\$ 222,8 milhões junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) destinado à expansão do metrô até a estação Siqueira Campos, em Copacabana. Por decisão da comissão, as operações de crédito realizadas por autarquias prestadoras de serviços de saneamento junto a instituições oficiais de crédito serão excluídas dos limites de endividamento definidos pela Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal.

A CAE acolheu projeto do Poder Executivo que desonera da cobrança de PIS/Pasep e Cofins os medicamentos sujeitos a prescrição médica e identificados por tarja vermelha ou preta. Segundo o relator do projeto, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), a medida permitirá que os preços dos remédios de uso continuado caiam em até 20%.

Projeto do senador Osmar Dias (PSDB-PR) acolhido pela CAE torna mais difíceis as mudanças feitas pelo governo nas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDOs), que orientam a elaboração dos orçamentos anuais da União. Pela proposta, que teve parecer favorável do senador José Fogaça (PMDB-RS), a LDO não

poderá ser modificada para permitir elevação de despesa pública e modificação na legislação tributária, ou para alterar indicadores da proposta orçamentária ou a participação dos poderes na despesa pessoal.

Em caráter terminativo, a comissão aprovou projeto do senador Luiz Pontes (PSDB-CE) que torna gratuita a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) da Receita Federal. Também em caráter terminativo, foram aprovados o projeto que permite a criação de um fundo que facilite a operação do seguro agrícola por empresas privadas de seguro e o que torna obrigatório o seguro de garantia do cumprimento das obrigações dos consórcios.

A CAE aprovou ainda a participação do Brasil no Fundo de Meio Ambiente Global, instrumento de cooperação internacional na área de proteção ambiental. Autorizou também a contratação de um empréstimo de US\$ 19,1 milhões junto à Hungria, para financiamento da modernização de laboratórios de educação profissional, e outro de US\$ 90 milhões junto à Efibanca (Ente Financiar Interbancário) da Itália, para financiamento da importação de bens e serviços destinados à produção de aviões AM-X.



José Roberto Arruda pede que outras comissões sejam ouvidas

Vai à Câmara projeto que amplia assistência à gestante

Projeto que obriga as redes pública e privada de saúde a realizar em gestantes exames que detectem o vírus da Aids, da hepatite e os agentes da sífilis e da toxoplasmose foi enviado pelo Senado à Câmara ontem. A matéria, de autoria do senador Tião Viana (PT-AC), prevê a realização de todos os exames considerados essenciais, incluindo os que possam mostrar a presença de doenças transmissíveis da mãe para o filho.

Tião Viana argumentou em favor de seu projeto que os exames



Tião Viana quer conter doenças infecto-contagiosas

complementares e a assistência pré-natal contribuirão para conter a transmissão de doenças infecto-contagiosas da mãe para a criança. Ele lembrou que cerca de 250 mil crianças são contaminadas pela hepatite B a cada ano, no Brasil, pela falta desses exames preventivos.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) relatou o projeto na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e modificou a proposta original, com a finalidade de incluir determinação de que a assistência pré-natal seja feita por hospi-

tais particulares quando não existirem hospitais públicos na região onde residirem as gestantes.

O senador Geraldo Althoff (PFL-SC) também apresentou emendas à matéria, tendo sido aprovada uma que dá poderes a qualquer profissional da área médica que esteja acompanhando a gestante a pedir os exames, o que inclui enfermeiros.

O projeto foi aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Sociais e, como não houve recurso para votação em plenário, seguiu direto para a apreciação dos deputados. Para entrar em vigor, as determinações constantes da matéria dependem da aprovação da Câmara e de sanção presidencial.